

A FEMINIZAÇÃO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Maria José Pereira de Oliveira Dias¹
Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita²
Maria Esperança Fernandes Carneiro³

Resumo: Este texto apresenta uma análise histórica acerca da feminização no contexto da docência e as contradições no processo de inserção da mulher na profissão docente. Destaca que esse trabalho deve ser efetivamente valorizado em todos os aspectos necessários, uma vez que melhores condições de trabalho, remuneração adequada a função executada e o reconhecimento social são fatores fundamentais para que esse campo não seja segregado pela divisão sexual instituída ao longo da história. Portanto, é necessário explicitar esses contextos históricos, visando fomentar a conscientização e superação dessa condição de desigualdade, sobretudo, fortalecer as discussões ligadas ao contexto da profissão docente.

Palavras-chave: Feminização. Docência. Educação.

Abstract: This text presents a historical analysis about feminization in the context of teaching and the contradictions in the process of insertion of women in the teaching profession. It emphasizes that this work must be effectively valued in all necessary aspects, since better working conditions, adequate remuneration for the function performed and social recognition are fundamental factors so that this field is not segregated by the sexual division instituted throughout history. Therefore, it is necessary to make explicit these historical contexts, in order to promote awareness and overcoming this condition of inequality, above all, to strengthen discussions related to the context of the teaching profession.

Keywords: Feminization. Teaching. Education.

¹Doutoranda e Mestre em Educação no PPGE da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Professora no Departamento de Educação Infantil/CEPAE/UFG. Bolsista FAPEG, e membra do Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Gestão Escolar - GPPEGE/PUC Goiás - www.gppege.org.br. E-mail: mjpgoster@gmail.com.

² Professora Dra. Coordenadora do Curso de Pedagogia da PUC Goiás e integra o Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação da PUC Goiás. Integra o Fórum Municipal de Educação de Goiânia, como representante da PUC Goiás. E-mail: mcristinadm@yahoo.com.br.

³ Professora Dra. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, na Linha de Pesquisa: Estado, Instituições e Políticas Educacionais e ao Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Gestão Escolar - GPPEGE/PUC Goiás - www.gppege.org.br. E-mail: esperancacarneiro@outlook.com.

Recebido em 28/09/2019
Aprovado em 13/12/2019

INTRODUÇÃO

Neste texto analisaremos, historicamente, a feminização no contexto da Educação Infantil brasileira e discutiremos as contradições apresentadas no decorrer do processo de inserção da mulher na profissão docente, sobretudo na primeira etapa da Educação Básica.

Nesse sentido, foi necessário traçar um caminho investigativo para revelar questões acerca da constituição histórica de predominância do trabalho feminino na educação, nesta sociedade capitalista, e da feminização no trabalho no âmbito da Educação Infantil, uma vez que, conforme Saviani (1991), a educação é um processo exigido pelo e para o trabalho.

A abordagem metodológica desenvolvida nesta investigação partiu de um estudo predominantemente qualitativo com base em uma análise bibliográfica científica e literária, a partir de uma concepção crítica baseada na concepção do materialismo histórico-dialético. Com a lente dessa perspectiva, ao analisar a história das relações sociais é preciso discutir as questões de gênero permeadas nesse processo.

Essa concepção teórico-metodológica desvela as principais contradições existentes em uma sociedade capitalista, sobretudo patriarcal. Mostra-nos os caminhos a serem percorridos para que ocorram mudanças nesse aspecto relacionadas à valorização do trabalho docente, compreendendo o importante papel da mulher nesta sociedade.

Há muitos sentidos em torno da expressão feminização, mas a maioria deles apontam para um dado quantitativo e significativo de mulheres que trabalham majoritariamente em uma área, neste caso, no campo da docência.

A autora Louro (1997, p.15) aponta que os primeiros movimentos de mulheres, no início do século XX, levantaram-se na luta pelo direito de votar e por demais defesas contra todo tipo de discriminação, ganhando forças e conquistando mudanças nos processos políticos em vários países ocidentais. É importante enfatizar que essa luta partiu das mulheres brancas pertencentes a uma classe social favorecida que buscavam autonomia na organização familiar e abertura no campo dos estudos, como possibilidade de poder trabalhar e de se profissionalizar no mercado de trabalho.

Desse modo, dar visibilidade a essas mulheres era objetivo principal dos grupos feministas, visto que foram sujeitos segregados e silenciados por muitos séculos, mesmo tendo contribuído significativamente para o desenvolvimento econômico, social, científico e político. A ideia era transformar aquilo que era considerado do âmbito privado e publicizar as

ações daquelas que vinham marcando os seus trabalhos nas lavouras, nas fábricas, indústrias ampliando essas atuações para os mesmos espaços em que os homens já circulavam livremente como nos escritórios, nas escolas, hospitais e comércios das cidades grandes e pequenas. Essas atividades femininas eram controladas e não valorizadas pelos homens, que muitas vezes as encaminhavam para um trabalho privado estritamente ao cuidado, a educação ou assistência das pessoas. O movimento feminista contestava essas ocupações domésticas e o motivo pelo qual essas mulheres ainda não eram vistas na academia, “nas ciências, nas letras, nas artes” e demais espaços públicos (LOURO, 1997, p.17).

A partir dessa compreensão é possível entender que o processo de feminização está inter-relacionado à história, por isso, deve-se considerar esse contexto da totalidade ao particular, visto que esses fatos estão em movimento histórico - de modo dialético - movidos pelos processos contraditórios constituídos socialmente. Nesse sentido, a teoria marxista nos permite desvendar e desconstruir, desvelar e compreender as questões referentes as desigualdades sociais, quanto à relação de gênero e trabalho.

A partir da necessidade de se discutir e compreender questões referentes ao trabalho docente e a feminização no campo da Educação Infantil, este estudo aportou-se nas (nos) autoras (es) como: Afonso (2003), Louro (1997; 2003), Catani (2003), Saviani (1991), Costa (1996), Marx e Engels (1977), Rocha (2012), Nogueira (2004), Saffioti (2013), entre outras.

A primeira parte do texto traçará um breve histórico acerca da posição da mulher, frente ao trabalho público, no contexto da sociedade capitalista. A segunda seção destacará o surgimento e as contradições presentes no processo de feminização do trabalho docente no Brasil, a partir da virada do século XIX até o período atual. Buscaremos problematizar de que forma o processo de feminização no trabalho docente foi se encorpando ao longo da história da Educação brasileira.

Nesse viés, analisaremos como essa divisão sexual do trabalho no magistério refletiu no campo da Educação Infantil e marcou esse espaço, majoritariamente composto por mulheres, pouco valorizado e baixo remunerado em relação as demais profissões de igual importância. Isso nos chama a atenção para a luta ativa que as mulheres travaram e ainda precisam buscar por melhores condições de trabalho, pela não divisão sexual do trabalho, intentando a paridade na formação docente e no reconhecimento da docência sem os estigmas e preconceitos constituídos pela classe dominante.

A Posição da Mulher na Sociedade Capitalista: breve histórico

Discutir questões de gênero atreladas às discussões de classe é uma necessidade urgente na sociedade atual. Entretanto, para adentrarmos nas questões referentes ao trabalho docente da mulher no contexto racionalizante dessa sociedade capitalista, faz-se necessário revisitar a história e compreendê-la a partir da sua essência e das contradições apresentadas em seu percurso.

Em vista disso, Nogueira (2004) nos ajudará a desvelar e a entender as contradições postas nesse percurso histórico. Ela nos revela que no período a. C. a mulher não aparecia nas pesquisas recenseadas pela população, visto que só entravam nesses dados aquelas vinculadas às grandes heranças e que precisavam ser contabilizadas apenas como objeto de troca. Nesse período histórico, as principais literaturas apontam especificamente o lugar que a mulher deveria ocupar e os seus deveres perante a família. É nesse momento que notamos uma importante segregação da mulher, em uma sociedade desigual em relação as questões de gênero e classe social. Afirma ainda que, para os marxistas, essa segregação iniciou com a propriedade privada, quando se desenvolveu o processo de escravidão da família, das mulheres e das crianças. Nessa visão, a monogamia fortaleceu o domínio patriarcal e a opressão em relação a mulher no espaço doméstico.

A autora relata que mesmo com os avanços históricos a condição da mulher não mudou suas características. O fato é que na idade média as mulheres viviam na condição de subserviência e invisibilidade e isso perdurou sem muitos registros significativos de mudanças. Nesse período, há registros de uma nítida divisão do trabalho mesmo entre as mulheres. As solteiras exerciam funções diferentes das mulheres casadas e das demais que possuíam idades mais avançadas. As mulheres solteiras eram responsáveis pelas atividades externas da casa como lavar as roupas ou ajudar na confecção, já as mães exerciam um cuidado mais específico com a casa, principalmente com as crianças. As demais senhoras ficavam entretidas com as ações de ensino aos jovens e adolescentes pertencentes a sua classe social.

Vimos em Nogueira (2004) que as mulheres que trabalhavam na agricultura eram as mais sobrecarregadas, visto que o trabalho doméstico continuava sob suas responsabilidades. No contexto mais avançado, na Idade Moderna, nota-se que as mulheres solteiras e casadas conquistaram o direito de trabalhar fora do âmbito doméstico como vendedoras e até

ofereciam trabalhos temporários. Entretanto, mesmo que não fosse possível conciliar o trabalho com as demandas relacionadas aos cuidados dos filhos, preferiam entregá-los às “amas de leite”, do que abandonar as suas ocupações remuneradas. Nesse período, ocorreu também a migração dos sujeitos do campo para a cidade. A mulher buscou por espaço e direito de trabalhar nas fábricas, mas com o preconceito dos homens em relação à sua força de trabalho, o destino é novamente o âmbito do trabalho doméstico. Nesse período, as mulheres da classe privilegiada lutavam pelo direito do conhecimento científico. Já aquelas de famílias economicamente desfavoráveis buscavam o direito pela liberdade de pensar e de apropriar-se de qualquer tipo de trabalho. Entretanto, esse grupo era marginalizado, e a elas reservadas os principais estereótipos de: “prostitutas, criminosas, feiticeiras e as revoltadas” (NOGUEIRA, 2004, p.6-7).

A autora ressalta que, no período do século XIX, com o advento da Revolução Industrial⁴, a mulher teve a sua força de trabalho aproveitada intencionalmente para ampliar as produções que sustentariam o capital econômico. Desse modo, as mulheres e as crianças eram contratadas em maior número para suprirem a ausência dessa força de trabalho. Contratavam mulheres para trabalharem em algumas máquinas, tendo como justificativa que elas não precisavam do uso de muita força para lidar com os equipamentos dentro das indústrias. A intenção era poder contratar o maior número de membros da família tentando uma redução salarial, tendo em vista que todos seriam assalariados e não mais um único sujeito ficaria responsável pela subsistência familiar. Dentre essas estratégias, com a entrada da mulher nas grandes fábricas, os salários foram divididos de acordo com a força de trabalho desenvolvida nesse espaço, visando assim maior competitividade e obtenção do lucro, por parte do capitalista. Mas para Apple (1988, p. 16), “nem mesmo as mais importantes estatísticas da época seriam capazes de revelar as condições de trabalho instituídas nesses espaços e muito menos o processo ideológico constituído na classe”.

Segundo Nogueira (2004), ao sair do trabalho realizado no âmbito privado para o espaço público, a mulher saiu de uma condição de sujeito subserviente, meigo e com menor força produtiva para uma visão patriarcal de que o seu trabalho ainda era desnecessário. Esse cenário impositivo e tipicamente burguês, acabou sendo naturalizado pelas mulheres e

⁴ Consideramos que a Revolução Industrial, preconizada no âmbito da Inglaterra, foi instituída por diversas mudanças que ocorreram na Europa entre os séculos XVIII e XIX. Sua peculiaridade deu-se pelo processo de substituição do trabalho artesanal pelo uso das máquinas com assalariamento dos trabalhadores.

contribuiu na geração de desigualdades sexuais e econômicas entre os sujeitos. Nesse contexto capitalista, a mulher aos poucos foi distanciando-se dos processos de trabalho e das negociações salariais. Caso fossem aceitas na condição de trabalhadoras no âmbito público, teriam que deixar de lado a sua função privada. A condição de subserviência era muito forte e a mulher independente (financeiramente) não conseguiria se sustentar nesse contexto de poder patriarcalista, sem antes se submeter às regras deliberadas exclusivamente pelos homens.

Antes mesmo do sistema capitalista se consolidar, Nogueira (2004) explicita que as mulheres já trabalhavam em diferentes funções e contribuía com o desenvolvimento da economia. Nota-se que a Revolução Industrial evidenciou a mulher, até porque passou a incomodar o homem pelos questionamentos acerca das desigualdades estabelecidas no âmbito do trabalho. Dessa maneira, as formas de contratação começaram a ganhar novos critérios de ser ou não casada, ter ou não filhos, visto que nessa visão aquelas casadas tinham como ser sustentadas pelos seus respectivos maridos. Isso denota as formas mais precarizadas que se submetiam as mulheres, quando insistiam em exercer algum trabalho público e com salários menores em relação ao sexo oposto, provocando uma instabilidade no processo de contratação do trabalho feminino.

Nogueira (2004) acentua, também, que nesse período da história, no final do século XIX, o trabalho feminino era menosprezado e menos valorizado. Justificavam que as mulheres não tinham condições físicas suficientes para executar certas funções, reforçando as desigualdades sexuais na divisão do trabalho. As mulheres que trabalhavam nas fábricas não eram citadas nas principais defesas dos sindicatos da época, visto que a visibilidade era dada somente ao trabalho masculino e aos direitos dos homens, pois havia uma desigualdade salarial real e não permitiam que as mulheres debatessem esse assunto. Autora aponta que os problemas relacionados à mulher trabalhadora eram considerados como um sofrimento social, um risco a dignidade humana pela aproximação delas com os demais trabalhadores.

De acordo com Saffioti (2013) é por meio do trabalho que se revela o movimento dialético e contraditório da história humana, sobretudo de uma sociedade pautada no sistema econômico capitalista. Por isso, é preciso compreender os motivos pelos quais, historicamente, alguns sujeitos foram segregados especificamente pela raça e sexo. Desse modo, a autora nos convida a compreender a condição do trabalho da mulher nesse contexto capitalista, a fim de entender os motivos que a levou ao processo de dependência e submissão,

sendo que como os demais seres contribuiu significativamente no trabalho produtivo e no desenvolvimento da sociedade.

A história pré-capitalista revela que a mulher mostrou a sua importante contribuição na produção de riqueza, administração e sustentação da família, “trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas” (SAFFIOTI, 2013, p.63).

Sendo assim, as mulheres e as crianças trabalhavam ativamente em função de produção e contribuíram no desenvolvimento econômico necessário da sociedade. No Período Medieval, na Inglaterra, as mulheres exerciam papéis importantes nos comércios locais, até como sócias dos negócios dos maridos, entretanto, eles permaneciam responsáveis juridicamente por elas. Na França, esse processo não foi diferente, ainda sob a tutela do homem, mesmo sendo considerada incapaz em certas atividades econômicas, a mulher era protegida pela sua fragilidade feminina, entretanto, colaborava ativamente com o trabalho e exercia atividades comerciais importantes. Essa noção de desigualdade de direitos em relação ao sexo oposto é fruto da sociedade capitalista que individualizou o trabalho, concedeu autoridade aos homens nas funções de produção e segregou os demais sujeitos (idem).

Segundo Saffioti (2013), no processo da economia burguesa a mulher passou a encontrar impeditivos em relação a valorização do seu trabalho. No regime pré-capitalista, exigia-se uma subalternização da mulher, mas ainda assim, havia uma certa valorização do trabalho feminino. No processo de produção capitalista, com a divisão social do trabalho e das classes, algumas mulheres foram consideradas incapacitadas para realizar funções laborais e marginalizadas no exercício da produção. O sistema capitalista justifica essa segregação pelo fato da mulher ter sido tutelada pelo homem ao longo da história social, e inconvenientemente não foi considerada toda capacidade ativa e colaborativa. As primeiras mulheres a serem marginalizadas na sociedade capitalista foram as esposas dos mais bem-sucedidos burgueses. Já nas camadas mais pobres, a ideia era aproveitar e explorar o máximo das mulheres nas indústrias, oferecendo os menores salários em relação aos homens e extraindo a mais-valia para ampliar as riquezas do capital. Isto intensificou com êxodo rural, a partir do processo de urbanização e ampliação dos setores industriais, mingando e limitando o trabalho autônomo e artesanal. A autora ressalta que o fenômeno de assalariamento prejudicou não somente as mulheres, mas os homens também, visto que precisou intensificar a venda da sua força de trabalho que passou a ser considerada apenas uma mercadoria como as demais. Com a

ampliação da maquinaria nas indústrias, o capitalismo absorveu a força de trabalho dos homens, das mulheres e também das crianças. Sendo assim, a exploração do trabalho da mulher seria possível pelo fato de ser considerada inferior, com força diferente e menos produtiva em relação aos homens.

Vale lembrar, que nas sociedades capitalistas o trabalho não necessariamente é considerado como elemento primordial à subsistência humana. Para Safiotti (2013) nesse sistema instigam-se outras necessidades e vontades para que o trabalhador continue na dependência dos seus salários e possa contribuir na elevação das riquezas que sustentam o capital. Quanto menor o número de trabalhadores a serem pagos, maior o lucro e a extração da mais-valia. Nesse sentido, as mulheres ao serem pagas com menores salários possibilitam a ampliação do lucro que está sendo gerado ao capitalista.

Compreendemos que as mulheres tendem a sofrer com essas desigualdades e expropriação do trabalho social. Entretanto, o homem tem consentido com a competição desigual, dada a ilusão de que a sua masculinidade o torna superior no trabalho em relação ao sexo oposto. Alguns homens, muitas vezes, não conseguem entender que o fato da mulher não ser valorizada economicamente no contexto do trabalho pode contribuir na manutenção desse processo de exploração capitalista para ambos os sexos, uma vez que o trabalho não pago o aliena e reverbera no trabalho expropriado injustamente aos seres humanos, independentemente do sexo.

Saffiotti (2013) destaca que no início do século XX, entre a primeira e a segunda guerra, houve uma instabilidade no percentual de entrada das mulheres no trabalho. Nesse mesmo período, com a instabilidade econômica mundial, ocorre uma redução de empregos e dificulta a inserção delas no trabalho. Mais uma vez acontece a prioridade em deter a força de trabalho masculina, restando o trabalho doméstico à mulher.

Outro fator importante apontado pela autora, é a questão de a maternidade ser encarada pela atual sociedade como se fosse uma questão de responsabilidade somente da mulher. Isso tem justificado o fortalecimento da hierarquia no trabalho. Fatores como absenteísmo entre as mulheres em relação aos homens tem sido motivo para que as empresas realizem investimentos maiores na força de trabalho masculina. Entretanto, a elevação das taxas desse absenteísmo deve ser analisada pelo viés da sobrecarga de funções ocupadas pelas mulheres ao longo da história, dentro e fora da instituição, e isto não pode ser usado como justificativa para discriminá-la ou excluí-la. Existe uma tendência de inferiorização da mulher

em relação ao trabalho, mormente quando precisa-se ausentar por motivos justificáveis. Entretanto, “as ausências são muito menos numerosas quando o trabalho da mulher é agradável, de responsabilidade e satisfatoriamente remuneradas” (SAFFIOTI, 2013, p.88). Certamente esse preconceito é fenômeno típico da sociedade capitalista e classista, visto que funciona especificamente para conservar um sistema que é responsável por alimentar o capital mediante a exploração da força produtiva dessa classe trabalhadora.

Saffioti (2003) destaca que no início do desenvolvimento do sistema capitalista a mulher pertencente à classe burguesa que ingressava ao trabalho, não tinha muitas opções senão aquelas vinculadas a costura, cuidado e a educação das crianças. Geralmente, nessas profissões tinham-se baixos salários e eram marcadas pela ausência de prestígio no contexto social. Por aqui nota-se a origem da desvalorização das/os professoras/es ligadas/os à primeira infância. Vale ressaltar que as mulheres, pela sua insegurança em relação ao trabalho, podem desencadear o medo⁵ de seguir uma carreira profissional. Essa competição entre homens e mulheres é injusta, visto que o primeiro já entra com vantagens constituídas ao longo da história, como por exemplo de pertencer a um grupo privilegiado por ter acesso à educação, ser socialmente reconhecido ou ter um poder político. Já para a mulher o trabalho possui significado profundo que vai além do salário, justamente por ser um elemento importante na sua constituição humana, sobretudo, de poder participar da vida social e cultural livremente.

Notam-se diferentes contradições ao longo da história acerca da inserção da mulher ao trabalho. Esses elementos podem dificultá-la a continuar trabalhando, fazendo com que muitas acabem por abrir mão de suas carreiras profissionais ao ter que enfrentar esse processo de desigualdade, exploração e hierarquização no processo de trabalho.

Saffioti (2013) nos alerta para uma preocupação real em relação a luta coletiva, em que as atitudes das mulheres têm sido cada vez menos presentes nas principais reivindicações sociais, como por exemplo nos sindicatos trabalhistas. Esse processo pode ser justificado pelo fato das mulheres terem duplas e até triplas jornadas de trabalho, não as permitindo ter fôlego para lutar pelos seus direitos e melhorias profissionais.

⁵ O **medo** inconsciente do fracasso reduz suas aspirações e diminui seu ímpeto de realizar. Por isso ela busca integrar-se na estrutura de classes através das vias de menor resistência, em campos julgados próprios às características de seu sexo, em ocupações que, por serem pouco promissoras, mal remuneradas e conferirem pequeno grau de prestígio, são julgadas inadequadas ao homem (SAFFIOTI, 2013, p.95).

Posto isto, com base na reflexão apontada, nota-se que o problema enfrentado pelas mulheres na atual sociedade precisa ser considerado como um processo de luta entre homens e mulheres, uma vez que segregar esse enfrentamento não contribui na conscientização para a compreensão das contradições entranhadas nesse sistema de produção capitalista.

A feminização do trabalho docente no Brasil

O processo de feminização do magistério, no Brasil, despontou-se como um fenômeno a partir do século XIX. É o que diz a autora Louro (1997), quando relata que nesse período histórico, nas principais cidades ou espaços próximos ao império, nota-se uma expansão lenta, porém significativa, das escolas denominadas de Primeiras Letras. A maioria dessas instituições eram destinadas aos meninos, existiam poucas meninas, geralmente mantidas por fundações religiosas e por professores segregados por sexo, pois entendiam que esses docentes não poderiam ter a moral atingida de algum modo por ter que ensinar os preceitos cristãos e laborais aos alunos. As famílias encaminhavam as crianças para serem completamente educadas nesses recintos escolares. Os meninos aprendiam a ler, escrever e a contar, eram catequisados com base nos princípios cristãos. Porém, às meninas, a leitura e a escrita eram importantes, mas no lugar da matemática aprendiam ofícios sobre o trabalho doméstico. Havia uma nítida divisão de classe, sexo, etnia e outros tipos de segregações. A autora afirma que aos negros e índios o ensino escolar era negado ou minimamente repassado dentro de um contexto de opressão e não escolarização. Os imigrantes recebiam um tratamento diferente por fatores contratuais e pelo apoio que obtinham das organizações políticas internacionais de suas regiões, entretanto, havia uma nítida separação em relação aos direitos instituídos para ambos os sexos. Àquelas crianças das famílias menos favorecidas o destino era somente o trabalho doméstico, na lavoura ou na criação dos membros mais novos.

Louro (1997) destaca que, já no século XX, os trabalhadores organizados em movimentos sociais e políticos, apresentaram como demandas sociais a criação de escolas destinadas aos seus filhos. Nesses movimentos, havia mulheres participativas que procuravam levantar temas importantes, como por exemplo a ampliação do acesso das meninas aos sistemas escolares. Naquela época, as filhas das famílias com poder aquisitivo privilegiado, destinavam-se a educação para a leitura e à escrita. Mas a matemática era, geralmente, dada por professores particulares que ensinavam, dentre outras coisas, a tocar piano e a desenvolver

a língua francesa. Nesse movimento de ensino, os trabalhadores domésticos eram repassados às meninas para que pudessem ser bem-sucedidas em seus futuros casamentos. As mulheres ainda não tinham o direito pleno de circular em espaços públicos, a não ser para realizar alguma atividade de cunho religioso. Destinavam-se à mulher os conhecimentos morais, sob a égide de torná-la virtuosa e educadora dos futuros cidadãos. Mas, por outro lado, segundo Apple (1988) as professoras recrutadas, geralmente, eram de origem oriunda da classe trabalhadora, cuja renda familiar era mínima em relação à classe média.

Em contrapartida, Louro (1997) salienta que a falta de mão-de-obra qualificada para a docência levou o Império a abrir mais vagas para que as mulheres pudessem estudar nas Escolas Normais. Ainda assim, a ordem superior era de que as classes para os homens fossem separadas das mulheres, e até mesmo os turnos precisariam ser diferentes. A partir do momento em que as mulheres puderam ingressar nas escolas Normais e se formarem na profissão docente, nota-se um esvaziamento no ingresso e no abandono da carreira por muitos homens. E isso é justificado pelo crescimento das cidades, bem como o processo de urbanização e industrialização que possibilitou a abertura de muitas vagas e o recrutamento dessa população ao trabalho.

De acordo com Apple (1988, p.18) “o magistério tornou-se feminino, em parte porque os homens o abandonaram” em busca de oportunidades, cujos salários fossem mais lucrativos. Com isso nasce, portanto, o processo de feminização da mulher no campo da educação.

Desta forma, Louro (1997, p.450-451) destaca que a luta de forças e resistência passou a fazer parte desse contexto de feminização da mulher na docência. Por um lado, tinham aqueles contrários que diziam que as mulheres não estavam preparadas para assumirem os ensinamentos das crianças. Do lado oposto, havia os que defendiam a docência sob a égide da vocação e do sacerdócio para as mulheres, uma vez que esta situação “serviria futuramente para lhes dificultar a discussão de questões ligadas a salário, carreira, condições de trabalho etc”.

Nesse viés, essas discussões resultaram em maior interferência do Estado nos aspectos da educação e da docência, impondo os seus aspectos ideológicos na organização curricular e pedagógica da escola. Mesmo porque, segundo Apple (1988, p.20), “ser mulher ainda significava estar envolvida numa formação social largamente definida pela estrutura de relações patriarcais” que eram fortemente “colonizadas e mediadas pelas relações de classe”.

Apesar disso, segundo Louro (1997), o receio dos legisladores era que com o tempo a ascensão das mulheres pudesse prejudicar as escolas destinadas aos meninos, que deveriam ser ministradas por professores. Nesse período, a mulher era considerada um sujeito muito frágil e que precisava ser protegida e controlada pelos homens. As professoras eram alertadas para não prejudicarem as suas feminilidades em função da carreira profissional. Desse modo, o trabalho público era visto como algo provisório até que casassem. Por esse motivo, os salários eram instáveis e muito mais baixos em relação a remuneração do homem. O magistério, ainda, era aceitável à mulher pelo fato de demandar somente um turno de trabalho, visto que elas deveriam permanecer exercendo as suas funções domésticas no contra turno de suas funções laborais docentes. Mas para Apple (1988, p. 18) “a forma da família patriarcal, combinada às mudanças na divisão social de trabalho no capitalismo, criaram algumas das condições das quais emergiu um mercado para um tipo particular de professor(a)”.

Louro (1997, p. 457) destaca, também, que com o tempo as Escolas Normais tornaram-se em espaços educacionais exclusivos às mulheres, feminizando a “formação docente”. Já para os homens o curso de docência acontecia no espaço do Colégio Ateneu. Essas Escolas Normais eram controladas, cotidianamente, exigindo das educandas ocupações constantes com “atividades produtivas”. As salas eram decoradas com crucifixos para demarcar a concepção religiosa, mesmo nas escolas laicas. Os conteúdos eram vinculados ao “português, matemática, geografia nacional, história do Brasil e geral, história sagrada, catecismo, pedagogia e também puericultura, psicologia, economia doméstica, trabalhos manuais, higiene escolar, sociologia[...]”.

O ensino era gratuito e no ato do ingresso existiam normas estabelecidas, entre elas, que não apresentasse nenhum tipo de doença contagiosa. Era um movimento bastante contraditório, visto que por um lado a escola buscava romper com ensinamentos doméstico e por outro lado acabava promovendo forte ligação com as atividades do âmbito privado, incluindo a formação docente com base no afeto e na maternidade. Havia interferências até mesmo no modo de vestir das mulheres professoras, que deveriam ser recatadas e não explicitarem nada da sua vida particular.

Chamamos atenção para o destaque de Louro (1997) que existia um tipo de representação muito presente nesse momento histórico. A exemplo disso era o poder de autonomia que possuíam as professoras solteiras em relação às mulheres casadas. Na concepção social essa mulher solteira tinha falhado por não ter tido família, em contrapartida

o fato de tornar-se docente a elevava intelectualmente e a aproximava aos direitos e “prerrogativas masculinas”. Esse processo de representação ligado a mulher solteira que se tornava docente, contribuía para reforçar a “desprofissionalização da atividade”, tendo em vista que eram levadas a crer que precisariam doar o máximo de si na profissão sem levar em conta a proposta salarial. Muitas professoras se eximiam do convívio familiar para dedicar-se ainda mais ao trabalho. A escola passa a ser a extensão do seu lar e para isso era preciso que o trabalho fosse realizado com todo amor. A sua identidade profissional era marcada pela “severidade e segura”, apresentando-se com roupas sóbrias que escondiam todo o corpo, pois deveriam prezar pela disciplina e autoridade, visto que eram cobradas a serem exemplos as demais estudantes (LOURO, 1997, p. 466-467).

Nesse mesmo período, entre o final do século XIX ao XX, havia uma cobrança para que o afeto na relação professora e alunos fossem restritos, uma vez que as docentes eram proibidas de tocarem nas crianças e demonstrarem carinho, por esse comportamento ser considerado muito inadequado. Com o surgimento de novas teorias voltadas à psicologia e à pedagogia, o espaço escolar começa a ser valorizado de modo prazeroso e esse modo de relacionar-se com os educandos vai tomando outras relevâncias. Apesar disso, a sexualidade das professoras era algo muito questionado nesse contexto social, visto que a sua opção pelo não casamento poderia ser representado e comparado com a própria “homossexualidade”. As mulheres que subvertiam as regras sociais eram consideradas uma grande ameaça a organização hierárquica e paternalista que a sociedade impunha, uma vez que “por muito tempo, a ignorância foi considerada como um indicador de pureza, o que colocava as mulheres não-ignorantes como não-puras[...] isso poderia levá-las a uma outra representação: à de mulher-homem” (LOURO, 1997, p. 469).

Existiam muitas contradições nessas cobranças. Ora eram vistas como mulheres amorosas e até “objeto de desejo amoroso”, no entanto, consideradas como “professorinhas e normalistas”. O discurso em torno da profissionalidade das professoras era permeado por dúvidas e inseguranças em torno da carreira docente. O Curso Normal, por muito tempo, foi considerado como um meio para “esperar marido”, visto que muitas famílias induziam os homens a procurarem um casamento com essas mulheres que haviam se formado em docência, tendo como objetivo a constituição de uma família e a ideia de que os filhos fossem melhores educados (LOURO, 1997, p.471).

A partir da década de 30, sucederam mudanças na nomenclatura em relação a representação profissional docente. Com o surgimento e desenvolvimento das teorias escolanovistas essa forma de denominar a profissão docente foi qualificada de Educador (a). Na década de 60 e 70, o discurso começa a tomar outra direção, visto que o país passou a viver uma forte imposição da ditadura militar, com seus interesses e adoção de ordem profissional no contexto escolar. Desse modo, como forma de representação docente, foi designado uma nomenclatura intitulada de Profissional de Ensino. Ainda nesse período da ditadura, a base de defesa desse discurso burocrático pairava pela busca do profissionalismo a partir das habilidades constituídas no contexto profissional docente, as atribuições foram determinadas pelo controle arbitrário em nome da produtividade. Uma parte das professoras aderiram esse discurso de reconhecimento profissional, visando a luta por melhores condições de trabalho e salários, sobretudo, equiparações na carreira em relação aos homens.

Nesse mesmo período, um outro grupo de professoras questionava a nova ordem profissional docente segregada da ausência de uma postura do afeto aos discentes. Nesse movimento de luta resistiram as imposições apresentadas e subverteram as normas, reformulando os conteúdos escolares e “passando a usar tia como uma denominação substituta à de professora[...] chamando-as todas indiscriminadamente de tias, os alunos e alunas deixaram de identificá-las por seus nomes próprios” (LOURO, 1997, p.473).

Segundo a autora, os professores e professoras nesse período militar criaram outras formas de resistências, buscaram compreender a categoria docente como profissionais de luta semelhantes aos operários industriais que eram explorados no contexto do trabalho e que eram expropriados e segregados em suas atividades cotidianas. A luta das trabalhadoras docentes era pelo fortalecimento sindical, geralmente representadas por mulheres consideradas fortes e militantes em busca por melhores condições de trabalho e maior equiparação salarial. Esse movimento levou a eclodir as primeiras greves por volta da década de 70. Esse foi considerado um grande acontecimento por ter sido encabeçado pelas mulheres, visto que a sociedade ainda tinha uma representação singular do que era ser professora.

Nota-se que as mulheres passaram a exigir atenção aos fatores salariais e começaram a ampliar a atuação profissional, até porque eram importantes provedoras de suas respectivas famílias. “Agora se afirmava um novo discurso que acenava para a concepção de categoria profissional[...] um movimento organizado” (LOURO, 1997, p. 476), via sindicatos, dirigidos pela maioria de mulheres que eram militantes ou de outras lideranças sindicais. Com o tempo

os sindicatos incorporaram os homens nas lideranças de luta, entretanto, enfrentaram dilemas e resistências pelo fato das greves serem “práticas sociais” recentes. Essa adesão não foi tão unânime, pois afetava diretamente o trabalho docente das/os profissionais envolvidas/os, “[...] Elas articulam, em suas práticas, toda a história da atividade docente e de suas vivências como sujeito feminino – daí o porquê de suas manifestações como trabalhadoras da educação terem um caráter próprio, específico” (LOURO, 1997, p. 476-477).

Por outro lado, a década de 70/80 foi um momento marcado pela formação da identidade das professoras docentes, consideradas como Profissionais do Ensino, a partir da defesa de ampliação da tecnologia e produtividade desses profissionais que despontavam na época. Mais à frente, outras representações emergiram a partir dos movimentos sindicais e surgiu uma nova identidade de “trabalhadoras e trabalhadores da educação”, acatados por algumas e rejeitados por outros (LOURO, 2003).

Posto isto, vale ressaltar que a luta histórica das mulheres durante décadas revelou a busca incessante pela mudança urgente na condição de divisão sexual do trabalho e no processo de opressão que enfrentaram por muito tempo, intentando o êxito “pelo controle do próprio trabalho e da própria vida” (APLLE, 1988, p.22).

Presença maior da população feminina na educação

Vimos que, historicamente, a partir do século XIX, a presença da mulher no campo da Educação ganhou visibilidade. Contudo, nota-se em meio a tantas contradições a ocorrência de certa desvalorização e baixa remuneração em relação ao trabalho docente, especialmente, nas funções exercidas pelas mulheres.

Atualmente, apesar de todas as transformações sucedidas por meio das lutas históricas, ainda se vê um processo de desigualdade de gênero, quando se trata da participação feminina no trabalho.

Quando comparada em relação aos homens, as mulheres ainda precisam lutar pela garantia de direitos como o de trabalhar em espaços públicos com equidade e serem valorizadas, contar com a paridade nas diversas funções exercidas nos espaços privados ou domésticos, até porque, o trabalho realizado no âmbito privado não é obrigação da mulher e muito menos o homem precisa ajudar, pois a divisão dessas tarefas deve ser obrigação de todos.

Indicadores do IBGE (2019) apontam para um número médio de horas semanais dedicadas pelas pessoas aos afazeres domésticos ou não remunerado, demonstrando que em 2016 as mulheres se dedicaram 73% à a mais às horas de trabalho em relação aos homens, mesmo com a crescente participação delas no mercado de trabalho. Isso comprova a existência de uma injusta divisão sexual do trabalho, visto que as mulheres ainda necessitam conciliar o trabalho remunerado (público) com os seus afazeres domésticos e de cuidados (privado) e acabam procurando trabalhos cuja carga horária seja mais reduzida, ou de até 30 horas semanais, visando não se sobrecarregarem para além das funções que já realizam.

Além disso, essas estatísticas mostram que as mulheres tendem a estudar e a trabalhar mais, entretanto, com um rendimento inferior ao homem. Segundo a Agência de Notícias do IBGE (2019), essa média pode ficar acima por volta de três horas de diferença em relação aos homens.

No contexto da Educação Infantil esse cenário de luta não é diferente. Trata-se de um campo de trabalho com crianças de 0 a 5 anos e onze meses, exercido majoritariamente por mulheres com formação mínima pedagógica e que precisam se aportar em concepções importantes acerca da criança como sujeito histórico de direitos de formação nos aspectos físicos, sociais, cognitivos, emocionais e culturais. Exige-se que esse profissional compreenda e aja conforme os conteúdos e projetos necessários e fundamentais a formação integral da criança. Nesse trabalho, há uma exigência intelectual e de esforço corporal. Entretanto, o grupo feminino que trabalha nessa primeira etapa da educação tem o direito de trabalhar, de contribuir na formação integral das crianças, de investir em sua profissão, mas também precisa se preocupar com demandas do âmbito privado como se essas fossem somente a sua obrigação. Para isso é preciso que essas (es) profissionais sejam melhores remuneradas (os), valorizadas (os), que estejam em condições de trabalho favoráveis, que consigam investir na sua formação continuada, e que possam desenvolver o seu trabalho com a qualidade e equidade. É possível dizer que esse campo deve ser regido especificamente por mulheres? Por que os homens ainda são minorias nesse espaço?

Nos últimos anos, nota-se um número expressivo de mulheres docentes no campo da Educação Básica. Sendo que na Educação Básica, segundo do Censo Escolar de 2017, foi registrado mais de 2,2 milhões de docentes em serviço - 63,8% atuam no ensino fundamental. De 2013 a 2017 esses números cresceram chegando em 16,4% de professores(as) na Educação Infantil. Mas ainda não podemos dizer que essa quantidade de docentes seja

suficiente na primeira etapa da Educação Básica, visto que ainda 96,6% desse percentual são mulheres que atuam efetivamente neste trabalho com a primeira infância.

Podemos problematizar e contribuir na efetivação de políticas de valorização, remuneração e status no trabalho docente na Educação Infantil, intentando igualdade de direito no contexto profissional, desconstruindo todo o tipo de concepções de segregação, preconceito ou estranhamentos instituídos pela classe social através das referências de gêneros construídos socialmente? Essas são questões para refletirmos.

CONCLUSÃO

Para concluir esta reflexão, nos aportamos na autora Rocha (2012) quando diz que não é possível desarticular a história da mulher sem compreender os processos econômicos e sociais, bem como as questões ideológicas e culturais imbricadas a esse contexto.

Isso mostra que a luta deve continuar e que é necessário permanecer na resistência política, visto que mesmo a mulher tendo garantido o seu direito de poder sair de um processo de confinamento e ingressado ao trabalho, gozando do espaço público, ainda assim, esses enfrentamentos não foram possíveis de dissolver e eliminar todo o processo de divisão sexual do trabalho, enraizado ao longo do processo histórico e que tem contribuído para a disseminação e segregação do preconceito e desvalorização no contexto social.

A Educação Infantil é um espaço que demarca, historicamente, a segregação e o estereótipo de que o papel profissional deve ser exercido por professoras, que a educação e o cuidado têm que ser feitos por mulheres. Ora, é preciso que esse trabalho seja efetivamente valorizado em todos os aspectos necessários. A busca por melhores condições de trabalho, remuneração adequada à função executada e o reconhecimento social são fatores fundamentais para que esse campo não seja marcado pela divisão sexual instituída ao longo da história.

Vimos que o processo de sexualização do trabalho acaba masculinizando ou feminizando certas funções e práticas sociais. A reprodução disso se dá quando se definem aqueles cujo trabalho exigem maior força aos homens e funções domésticas às mulheres, como se ambos não pudessem exercer as mesmas ações. E esse processo se dá pela construção de regras e poder de “dominação de gênero” produzido e reproduzido ao longo da história social. Atualmente as mulheres têm sido sobrecarregadas por tantas funções que lhes

foram atribuídas, visto que conseguiram garantir o direito ao espaço público, mas acabaram tendo a sua cidadania afetada pelas responsabilidades domésticas que os homens ainda não assumiram por completo. Sabemos que essa não assumência masculina, decorre da reprodução patriarcal que persiste nesse sistema capitalista contemporâneo (ROCHA, 2012).

Essa questão voltada a categoria de gênero precisa ser amplamente problematizada, de forma particular nos currículos de formação inicial e continuada de professores. Há uma significação dessa relação social de poder estabelecida entre o homem e a mulher, até mesmo dentro dessas profissões. Por esse motivo, a instituição, por meio do currículo, precisa historicizar essa relação construída ao longo da história e analisar os fatores que determinaram essas práticas desiguais. Como gênero é uma construção social e histórica constituída por homens e mulheres, essas práticas precisam ser explicitadas no contexto institucional para que os sujeitos possam apreender o que é ser homem e ou mulher nesta sociedade dentro de na visão democrática das relações.

Para finalizar esta reflexão, vimos por meios da literatura citada a necessidade de compreender que, historicamente, as mulheres ocuparam lugares diferentes dos homens nos espaços públicos e sociais. Histórias essas permeadas por discriminação e subordinação, portanto, é necessário explicitar esses contextos históricos visando fomentar a conscientização e superação dessa condição de desigualdade.

Por esse motivo, faz-se necessário ampliar as pesquisas acerca dessa e outras categorias relacionadas ao trabalho e gênero, para que possamos expandir e fortalecer as discussões ligadas ao contexto da profissão docente.

Referências

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS: Disponível em:<
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>>. Acesso em fev/2019.

AFONSO, Lúcia H. R. Reflexões sobre caminhos para as mulheres construírem a individualidade para si. **Revista Fragmentos de Cultura, Goiânia**: IFITEG, 2003, v. 13, n. 3 p. 649.

APPLE, Michel. **Ensino e Trabalho feminino**: Uma Análise comparativa da história e ideologia. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: n.64, p.14-23, fev. 1988.

CATANI, Denise B. ...{et at.}. **Docência, Memória e Gênero: Estudos sobre Formação**. 4. Ed, São Paulo: Escrituras Editora, p.73-84, 2003.

COSTA, Silvio. **O Trabalho como Elemento Fundante da Humanização**. In: Revista Estudos da Universidade Católica de Goiás. v.22, n. 3/5. Dez. 1996, p. 171-188.

ESTATÍSTICAS DE GÊNERO. **Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica**. n.38. Disponível: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em fev/2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. DEL PRIORI, Mary (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. p. 443-481

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e Magistério: identidade, história, representação**. In: LOURO, Guacira Lopes. A emergência do Gênero. In: Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. 2 ed., Perspectiva: Vozes, 1997, p. 14-36.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Trad. BRUNI J. C. NOGUEIRA A. N. São Paulo: Grijalbo, 1977. (leitura do tópico “História” p. 39 a p. 53).

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O Trabalho Feminino na sociedades pré-capitalistas, e, a inserção da mulher na Grande Indústria Capitalista**. In: A Feminização no mundo do Trabalho. Campinas/SP: Autores Associados, p. 3-26, 2004.

ROCHA, Ana. O significado do trabalho. In: **Trabalhadoras da Faet: condições de trabalho e sobrecarga doméstica**. São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois, 2012, p.31-60.

PARAISO, Marlucy Alves. **Gênero na Formação Docente: campo de silêncio no currículo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Ed. LIS Gráfica e Editora/Fundação Carlos Chagas, n. 102, p. 23-45, nov/1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Trabalho Feminino**. In: A Mulher na sociedade de classes. Mitos e Realidades. 3ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 61 a 107.

SAFIFIOTI, Heleieth. **O advento do Capitalismo e a Posição Social da Mulher**. In: A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 53-61.

SAVIANE, Dermeval. **Sobre a Natureza e Especificidade da Educação**. In: Pedagogia histórico-crítica, primeiras aproximações. Polêmicas do nosso tempo. São Paulo: Cortez, vol. 40, 1991, p.19 a 30.